

Pescadores artesanais nas notícias da Folha de Pernambuco sobre o derramamento de óleo no Nordeste em 2019¹

Aline Melo de Oliveira²
Adriana Maria Andrade de Santana³

Universidade Federal de Pernambuco, PE

Resumo

Os pescadores artesanais foram bastante afetados pelo vazamento de petróleo no litoral nordestino em setembro de 2019. À vista disso, o objetivo desta pesquisa foi analisar como esses profissionais foram representados durante a cobertura da Folha de Pernambuco sobre o derramamento de óleo no Nordeste em 2019. Foram coletadas 78 matérias entre os meses de setembro e novembro de 2019 para realizar uma análise quantitativa e qualitativa do conteúdo. A análise confirma a hipótese inicial da pesquisa, na qual a narrativa do tema é conduzida pela declaração de órgãos oficiais e representantes institucionais, enquanto os pescadores foram as vozes que menos aparecem nos noticiários, tendo suas pautas marginalizadas no jornal.

Palavras-chave

Pescadores Artesanais; Folha de Pernambuco; Jornalismo Ambiental; Racismo Ambiental.

Introdução

Em setembro de 2019, o Nordeste do Brasil sofreu um dos maiores crimes ambientais do país: o vazamento de mais de cinco mil toneladas de óleo cru, que se alastrou por todo o litoral e afetou os nove estados da região, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Na época, o Governo Federal não tomou nenhuma medida por mais de um mês após o desastre, enquanto a população retirava o material das praias e estuários com as próprias mãos, sem equipamentos, arriscando a saúde ao ter contato direto com o óleo. Por ser uma região de zona costeira, o derramamento teve várias consequências socioambientais e

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Recém-graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: alinemelow15@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora Associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: adriana.masantana@ufpe.br

econômicas, principalmente para os pescadores artesanais, que garantem seu sustento e alimentação através do pescado.

Um levantamento realizado pelo Comitê Gestor da Pesca Artesanal do Estado e pelas prefeituras de municípios atingidos avalia que mais de 12 mil pescadores foram afetados. Porém, o Comitê UFPE SOS Mar⁴ estima que, devido à informalidade, cerca de 30 mil pessoas tiveram a vida impactada. Com a invasão do óleo poluindo o ecossistema, a renda dos pescadores foi drasticamente afetada pela falta de comercialização dos pescados que estavam contaminados e afetou também a saúde física e mental deles, que precisaram extrair seu próprio alimento do mar e ter contato direto da pele com o óleo cru. Mesmo sendo um dos principais grupos mais impactados pelo desastre, a cobertura da mídia tradicional em Pernambuco sobre o tema não deu a devida visibilidade para essa questão.

Pescadores artesanais e comunidades quilombolas que vivem da pesca no litoral do Nordeste sofreram um forte impacto racial, já que em diversas localidades a atividade é realizada por 90% de pessoas negras (PENA et al., 2020), e tiveram sua renda familiar prejudicada, além da saúde física e mental afetadas.

O estudo dessas narrativas noticiadas busca, principalmente, uma compreensão de como a produção jornalística pode contribuir para a luta dos pescadores artesanais de Pernambuco por seus direitos frente à maior injustiça ambiental que o estado já presenciou. Isso se reflete também em questões raciais, já que o crime do vazamento de óleo deixou as pessoas que vivem da pesca em uma situação socioeconômica ainda mais vulnerável.

Nenhum jornal tradicional de Pernambuco possui mais editoria de ciência e saúde, o que significa que não há uma referência local em jornalismo ambiental fora dos jornais independentes. O *Jornal do Commercio* tinha uma editoria de Ciência e Meio Ambiente (CMA) na redação, criada em 1989, sendo a primeira do Nordeste (GOMES, 2005), que ganhou destaque como referência de jornalismo científico fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo. A editoria chegou a receber o prêmio José Reis de Divulgação Científica em 1997, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um dos maiores méritos da área.

⁴Rede de pesquisadores, estudantes e técnicos-administrativos que promove pesquisas, ações de extensão, ensino e inovação realizadas pela UFPE relacionadas à contaminação por petróleo no litoral do Nordeste.

Fundada em 3 de abril de 1998, a Folha de Pernambuco pertence ao grupo empresarial EQM, do empresário Eduardo Queiroz Monteiro, fundador e proprietário do jornal. O empresário também é dono de três usinas em Pernambuco, sendo a principal delas a Usina Cucaú de cana-de-açúcar em Rio Formoso. É comum encontrar uma enorme valorização da indústria canavieira e da comercialização do etanol nas páginas da Folha.

Portanto, a presente pesquisa pretende avaliar se as pescadoras e pescadores artesanais foram fontes nas notícias da *Folha de Pernambuco* sobre o vazamento de óleo. A hipótese é que a cobertura do veículo não atuou de forma satisfatória para incluir as consequências do desastre na população pesqueira do estado no noticiário. Esse silenciamento dos pescadores artesanais em um dos jornais de maior alcance de Pernambuco expressaria não só o racismo ambiental no estado, como também a falta de uma visão sobre como o jornalismo deve se posicionar em casos de injustiça ambiental.

Jornalismo Ambiental: algumas considerações

O jornalismo ambiental, assim como outras áreas especializadas do jornalismo, também cumpre papel político. Bueno (2007) ressalta que, entre as funções desse setor, é importante destacar a função informativa, que permite ao leitor acompanhar as pautas sobre meio ambiente e considerar o impacto antrópico; a função pedagógica, apresentando causas e soluções para os problemas ambientais; e a função política, que não se restringe apenas a uma política partidária, mas também promover a mobilização da população frente às questões ambientais.

Isso posto, as pautas da editoria de ciência, meio ambiente e saúde não devem se manter concentradas em apenas uma área de estudo, mas sim dialogar com contextos diversos da sociedade.

O Jornalismo Ambiental deve incorporar uma visão inter e multidisciplinar, que extrapola os limites dos cadernos e das editorias, porque a fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura de temas ambientais (BUENO, 2007).

Nesta pesquisa, é crucial levar em consideração a ausência de editorias especializadas em ciência, meio ambiente e saúde nos jornais tradicionais de Pernambuco. Constata-se, então, que no jornalismo local é descartada a importância de

um setor experiente que trate com responsabilidade e referência, prejudicando a possibilidade de democratização da ciência pelo jornal:

O surgimento da imprensa especializada em ciência possibilitou que um público mais amplo tivesse acesso a informações antes restritas a cientistas e seus pares. Ao transmitir, de maneira simples, novas idéias, conceitos e técnicas aos quais o grande público dificilmente teria acesso, o jornalismo científico se transformou em instrumento fundamental para a existência de uma sociedade mais democrática. (GOMES, 2005, p. 2)

Apesar da apreciação das funções do jornalismo especializado em ciência e meio ambiente, a própria natureza das questões ambientais, que surgiram a partir da industrialização (DRYZEC, 2013), pode dificultar o entendimento das perspectivas que pautam a produção de notícias dessa editoria, dando preferência às narrativas do ponto de vista do que é chamado de progresso econômico. Por isso,

Identificar os jornais como um espaço para difundir as questões e os problemas ambientais e pensar a comunicação ambiental como aquela que permite aos cidadãos o acesso à informação, promovendo desde a socialização da informação ao engajamento para a melhoria das condições de vida e preservação do meio ambiente pode ser desafiador e contraditório. (SILVA; GOMES, 2020, p. 63-64)

Enquanto o Jornalismo em geral se dedica a noticiar controvérsias e disputas, Ângela Camana afirma que, em contrapartida, o Jornalismo sobre meio ambiente no Brasil sofre com uma “lacuna” de princípios por ser retratado com “consensos”, mesmo sendo um país marcado historicamente por relações de poder em questões ambientais.

A cobertura de conflitos ambientais pelo Jornalismo se torna ainda mais importante, já que a defesa da cidadania e dos direitos fundamentais, em especial de minorias, está prevista no código de ética da profissão. Assim, a denúncia das desigualdades e de situações de conflito, além de objetos de interesse público, podem contribuir para o fim do arbítrio, do autoritarismo e da opressão -também responsabilidade do jornalista. (CAMANA, 2018, p.129)

Sobre as fontes no Jornalismo Ambiental, Camana (2018) também ressalta a persistência dos jornais tradicionais em encerrar os assuntos de conflitos ambientais em órgãos oficiais e cientistas, anulando o caráter polifônico que é essencial nas matérias jornalísticas. A parte da população que sofre diretamente com desastres ambientais não é considerada uma fonte séria por não ter um “conhecimento especializado ou legitimado”, ainda que tenha um conhecimento empírico muito mais próximo ao meio ambiente.

Assim, as fontes “oficiais” nunca são confrontadas pela comunidade afetada pelo desastre e prevalece sua versão distante do assunto, apenas de quem avalia por meios técnicos, sem perspectiva de outras narrativas que apresentam a realidade de quem convive com as consequências do crime ambiental.

Cobertura de injustiças ambientais

A conceituação de injustiça ambiental surge dentro do entendimento de justiça ambiental, que é considerada um

(...) conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. (HERCULANO, 2008, p. 2)

Assim, Herculano (2008) também traz a concepção de injustiça ambiental como um “mecanismo” das sociedades com desigualdade socioeconômica para destinar os danos ambientais das ações que a classe dominante costuma a apresentar como progresso e “desenvolvimento econômico “às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”.

A concepção de injustiça ambiental compreende que os impactos no meio ambiente não afetam na mesma proporção toda a população. Isto é, descarta-se a razão utilitária que assimila o meio ambiente como uma unidade que ressoa a todos de modo “democrático” (ACSELRAD, 2010), sem considerar diferentes contextos socioculturais atrelados ao manejo dos recursos ambientais.

Sendo assim, o caso do derramamento de óleo é uma injustiça ambiental. Sob essa óptica, admite-se que o jornal está fazendo a cobertura de um crime que aprofunda a desigualdade socioeconômica no país e precisa ser tratado como tal, compreendendo não só como afeta o meio ambiente, mas também o aspecto sociocultural e econômico relacionado ao ecossistema.

Mídia e Racismo Ambiental

A noção de racismo ambiental surgiu dentro dos estudos sobre justiça ambiental e “não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas

igualmente por meio de ações que tenham impacto racial” (HERCULANO; PACHECO, 2006, p.1).

O vazamento de óleo é um crime sem intenção diretamente racista, mas com forte impacto racial, principalmente pela omissão do governo federal que agravou as consequências desse caso. O Ministério da Saúde violou diversos pontos importantes do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC)⁵, que só foi acionado 41 dias depois da primeira ocorrência do óleo.

Outros representantes do governo federal também agiram com displicência nesse episódio. Na época, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, visitou a Praia de Muro Alto, em Ipojuca, e declarou que ela estava "completamente apta à frequência de turistas"⁶, contrariando a Agência Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH), que havia reforçado que a água seguia imprópria para banho.

A mídia em seu papel político torna-se principal responsável em denunciar essas condutas para a população, permitindo que a informação conferida ao leitor possibilite a formação de uma opinião sobre o assunto levando em consideração diversos contextos.

Os casos de racismo ambiental são divulgados através de denúncias em esfera legal e através de mídias sociais e de comunicação, quando são divulgadas através de reportagens investigativas. (PENA et al., 2020)

Como a pesca artesanal no Brasil tem origem quilombola e indígena, a falta de políticas públicas para garantir direitos básicos e proteção à comunidade pesqueira significa, principalmente, grande impacto em uma parcela da população majoritariamente formada por pessoas negras ou indígenas que estão em situação vulnerável, não só pela pouca concentração de renda, mas também por serem diretamente afetados pelas condições ambientais.

A maioria da população afetada é vulnerável e composta por pessoas afrodescendentes, especialmente o pescador artesanal, em algumas localidades, com até noventa por cento de pessoas negras. Dessa forma, instala-se outro componente de iniquidade inscrito como racismo institucional, sanitário e ambiental que tem se caracterizado

⁵ GRANDELLE, Renato; GARCIA, Rafael. Manual dita como agir em desastre com óleo, mas governo violou instruções. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/manual-dita-como-agir-em-desastre-com-oleo-mas-governo-violou-instrucoes-24040959>. Acesso em: 5 maio 2022.

⁶ COM óleo em expansão contínua, Ministro do Turismo diz que praias estão limpas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-oleo-em-expansao-continua-ministro-do-turismo-diz-que-praias-estao-limpas-24042209>. Acesso em: 8 maio 2022.

nas fragilidades das políticas públicas no país. A ausência de resposta emergencial em saúde para proteger comunidades pesqueiras e quilombolas dessa calamidade é um sintoma de exclusão sistemática de políticas que negam direitos de igualdade e de equidade compensatória. (PENA et al., 2020)

Dessa forma, pescadores artesanais e marisqueiras são postos à margem da sociedade, importando apenas o produto do seu serviço, que é o pescado e o marisco. Quando a mídia se mostra mais interessada em noticiar sobre o pescado e não sobre o pescador, é ignorado um processo de luta pela valorização da atividade e por condições dignas para a comunidade, que precisa enfrentar a falta de representatividade na política, nos jornais e outros espaços sociais.

O racismo ambiental insurge com a negligência não apenas do pescador, mas de toda a arte da pesca artesanal, excluindo e não reconhecendo quem trabalha na maré e supervalorizando apenas o seu produto (pescado), amplamente vendido como uma iguaria nos mercados, bares e restaurantes da cidade do Recife. (PENA et al., 2020)

Neste sentido, ao reforçar esse caráter excludente, o jornal funciona como um instrumento de perpetuação dos interesses de um grupo minoritário que exerce poder na sociedade, interessado apenas em entender como o derramamento de óleo afeta as classes com maior renda. É importante pontuar que os pescadores artesanais já estavam em situação vulnerável antes do vazamento. Então, o ocorrido não é por si só o responsável pelas condições da classe pesqueira, mas agravou sensivelmente as questões sociais que pautam as lutas coletivas dos pescadores.

As quedas na comercialização dos pescados foram sentidas de imediato pelos pescadores artesanais durante os meses de outubro e novembro de 2019, despencando cerca de 80% a 100% em Pernambuco (ARAÚJO et al, 2020). Por consequência, as famílias que dependem da pesca não tinham renda para a compra de insumos básicos, como arroz, feijão e café, e tiveram sua alimentação restringida ao consumo do próprio pescado.

Os pescadores artesanais também alertaram sobre a falta de acompanhamento pelo setor de saúde pública, mesmo sendo o grupo social mais exposto aos impactos negativos provocados pelo vazamento, visto que “seus lugares de trabalho e moradia são os mais duramente atingidos” (ARAÚJO et al, 2020, p. 2).

Além das implicações na saúde e na renda, é preciso considerar a complexa dimensão sociocultural da pesca artesanal. Isto é, o ecossistema marinho e o estuarino

são também espaços de expressões afetivas e culturais para a comunidade pesqueira, e essas relações são igualmente afetadas pelo derramamento de petróleo.

A pesca artesanal é mais que uma atividade econômica, pois significa, antes de tudo, um modo de vida, de representações sociais, de sociabilidades, de práticas e valores culturais, que se traduzem na ciranda, nas festas religiosas marítimas (São Pedro, São Gonçalo, Iemanjá), na culinária, nas simbologias que envolvem os mares e rios, num tipo de conhecimento tradicional, de vínculos afetivos com os ambientes litorâneos (manguezais, mar, estuário, etc.), de autonomia, arte, liberdade para aqueles(as) que a exercem historicamente. A sua provável paralisação, em virtude dos vazamentos, será o silenciar desse rico conjunto de significados e experiências socioculturais históricas. (RAMALHO, 2019, p. 5)

Portanto, o silenciamento de toda luta e modo de vida dos pescadores artesanais ocorre na própria sociedade. O jornalismo, enquanto ator social e político, pode reforçar essa violência ou confrontar esse senso comum e amplificar as vozes da comunidade.

Análise da Folha de Pernambuco

A análise desta pesquisa foi qualitativa e quantitativa (BAUER E GASKELL, 2002). Isto é, foi realizado um levantamento de dados para compreender a cobertura enquanto estatísticas e números e análise de conteúdo para interpretar esses dados.

As matérias coletadas estão disponíveis no próprio portal online da Folha de Pernambuco, que permite acesso a edições impressas do jornal de forma gratuita. Foram identificadas ao todo 78 matérias sobre o derramamento de óleo no Nordeste nas edições de setembro a novembro de 2019. O assunto também apareceu na capa do jornal 15 vezes, sendo o destaque principal em sete delas.

Em relação às editorias, a maior parte foi publicada na editoria de Cotidiano, com 33 matérias (42,3%). Em seguida, Brasil, com 19 notícias (24,4%) e política, com 16 (20,5%). Outras seis matérias estavam em Economia (7,7%) e quatro notícias curtas apareceram em Últimas (5,1%).

O número expressivo de matérias em Cotidiano reforça que a falta de uma editoria especializada desloca os assuntos sobre meio ambiente para a vida cotidiana, desconsiderando questões ambientais importantes para a compreensão do tema.

A Folha produz apenas um impresso nos finais de semana, considerado a edição especial “Folha Mais”. Mantém-se o padrão de cor e assuntos das editorias, mas com outros nomes: Cotidiano vira “Zoom”, Política e Brasil integram o “Panorama” e Economia entra no segmento “Mercado”. As últimas notícias não são de fato uma

editoria, mas sim uma alternativa para encaixar matérias que não tiveram prioridade nos outros setores.

A primeira notícia no impresso da Folha de Pernambuco sobre o derramamento de óleo no Nordeste foi no dia 4 de setembro de 2019, mesmo dia em que o crime foi noticiado no Jornal do Commercio, considerado como pioneiro na cobertura do tema, de acordo com a pesquisa publicada pelo Intervozes (2020). Assim como no concorrente, existe uma lacuna neste mês, e o assunto só volta a aparecer no impresso do dia 27 de setembro de 2019.

Houve apenas duas publicações sobre o assunto no mês de setembro de 2019. Porém, outubro teve um fluxo mais intenso de notícias sobre o óleo no litoral. Com mais da metade do total, foram 53 matérias, cerca de 70,5%, ganhando até uma identificação gráfica específica para chamar a atenção do leitor para o tema.

Em novembro, as publicações representam outros 29,5% da cobertura, um total de 23 matérias, diminuindo a intensidade da cobertura até o fim do mês.

Fontes e vozes

Em relação às fontes e vozes nas notícias, foram registradas 173 no total, sendo a maioria (41,6%) fontes oficiais, como prefeituras, ministérios, governos, secretarias e outros órgãos oficiais ou representantes dessas instituições. Sem considerar repetições, 72 das 173 vozes pertencem a esse grupo, reforçando a afirmação de Camana (2018) sobre o consenso das coberturas jornalísticas sobre meio ambiente ao limitarem o assunto nas narrativas oficiais, sem o confronto dessas fontes.

No geral, a fonte mais consultada foi o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão responsável pelo monitoramento do óleo no litoral, seguido pela Agência Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). Entre os representantes de instituições, o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco da época, José Bertotti, e o de Desenvolvimento Agrário do Estado (SDA), Dilson Peixoto, eram vozes recorrentes nas notícias de Cotidiano.

O segundo grupo de fontes mais consultadas nas matérias foi o de políticos, representando 19,1% do total, sendo 33 figuras políticas sem considerar repetições. O então deputado federal João Campos (PSB), prefeito do Recife em 2021, foi um dos mais citados, principalmente pela sua articulação para protocolar a CPI do óleo. O

governador de Pernambuco em 2018, Paulo Câmara (PSB), também aparece com frequência como fonte nas notícias sobre política.

Ao contrário da suposição inicial desta pesquisa, as fontes do setor empresarial não foram destaque na cobertura. Pesquisadores e centros de pesquisa, como universidades, núcleos de estudo e fundações de incentivo à ciência, expressaram 17,3% da cobertura noticiosa do assunto. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) é uma das principais fontes desse grupo, junto com pesquisadores da área de Oceanografia e Biologia.

Organizações não governamentais e outros personagens da sociedade, como turistas, voluntários na limpeza da praia e pequenos comerciantes representam apenas 9,3% das fontes, principalmente em notícias sobre a participação ativa da população na retirada do óleo vazado nas praias, já que o Governo Federal demorou cerca de um mês desde a primeira aparição do petróleo no litoral para mover operações de limpeza.

A primeira matéria em que pescadores artesanais são fontes entrevistadas foi na reportagem “Pescaria incerta”, que ocupa duas páginas no Folha Mais do dia 2 de novembro de 2019. Três pescadores da Colônia Z-8, localizada no Cabo de Santo Agostinho, contam como o óleo afetou a comercialização do pescado e causou um distanciamento entre os membros da organização, que antes se reuniam no lugar. Danos na saúde física pelo contato com o petróleo também é citado por um dos entrevistados.

Ainda que o tema central seja a situação dos pescadores do município do Cabo, fontes de outros setores receberam espaço maior na reportagem. A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e o secretário estadual Dilson Peixoto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a secretária de programas sociais do Cabo, Edna Gomes, o presidente da Associação de Moradores e Amigos de Itapuama, Gleidvander Santos, e até mesmo a comerciante Ivaneide Maria de Oliveira, mãe do Everton que já havia sido entrevistada em outra reportagem, são vozes presentes na matéria.

Ou seja, a maior parte das fontes da matéria são oficiais, e não pescadores artesanais. Em geral, o assunto em que “pescadores” foram mencionados - e não fontes de informação - na cobertura noticiosa da Folha, estava relacionado ao Registro Geral da Pesca (RGP), que também é destacado na reportagem “Pescaria incerta”. A reportagem contempla apenas cinco citações diretas e curtas de três pescadores. No

texto, é informado que Nivaldo é comerciante e vive da pesca, porém não é possível definir se ele é pescador artesanal ou se é cadastrado na colônia Z-8.

A própria escolha de imagens é confusa. A principal foto que estampa a matéria é de uma praia não identificada, provavelmente localizada no Cabo, considerando que é o local da apuração. A segunda é do pescador Gilberto Carvalho e da sua esposa Adriana, que não foi entrevistada.

Gilberto Carvalho:

[O óleo] entrou no rio, passou da ponte (que liga ao porto) e saiu pegando siri, caranguejo, ostra. Tudo o que veio pela frente saiu devastando.

Eu estou me virando com motores de barco que clientes e amigos deixam guardados aqui e eu cobro uma taxa de aluguel. Dá R\$ 250 por mês.

Já tinha pego uma gripe e, juntando tudo, adoeci. Fiquei tonto e tive enjojo. Como o posto estava cheio, fui à farmácia e comprei remédio.

Valéria Maria de Alcântara:

O que eu pesquei antes [do vazamento] está na geladeira. Nos alimentamos do que temos e todo dia viemos fazer a limpeza do mangue. Da minha pesca, eu pago as minhas contas. Minha filha caçula estuda em um colégio particular e eu estou aqui louca sem saber como pagar a próxima mensalidade.

Nivaldo Manoel da Rocha:

Acabou-se com a praia, ninguém vende nada. Não vem cliente. Eu pesquei ainda para comer, eu não me preocupo [com contaminação]. Não vou jogar fora". "Normalmente, eu faturei entre R\$ 1.000 e R\$ 1.500 no fim de semana, mas no último faturei nem R\$ 50.

Em nenhum momento há menção sobre “pesca artesanal”, “pescadores artesanais” ou “marisqueiras”, o que dificulta o entendimento da natureza socioeconômica e cultural dessa atividade. A exclusão dessa designação é uma forma de violência simbólica, definido por Pierre Bourdieu (1989, p.7-8) como um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Ademais, nenhuma liderança pesqueira foi entrevistada. Este fato importa, pois, as lideranças não só são bastante articuladas no movimento social e político, como também são os profissionais que estão na linha de frente de todos os assuntos referentes à pesca artesanal local. Na maioria das citações, foi apresentada uma narrativa individual, e não construída coletivamente.

Na matéria “Limpeza ganha força naval”, publicada dia 12 de novembro de 2019, também tem citação direta no fim da notícia. O pescador Ademir Ferreira dos Santos foi entrevistado sobre um levantamento que o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado pela Marinha, Ibama e ANP, realizou com moradores no litoral sul que tiveram contato direto com o óleo. "Eles só queriam saber de saúde, mas eu tive muito prejuízo e sobre renda mensal, [perguntaram] nada".

Além de não abordar a situação da saúde física e mental dos pescadores artesanais afetados pelo óleo, o breve espaço cedido para a voz de um pescador é ocupado por alguém que minimiza os danos do contato direto com óleo, sem levar em consideração que cerca de 144 mil pescadores artesanais colocaram sua saúde em risco na interação com esse e outros elementos tóxicos (PENA et al, 2020).

Por fim, a última matéria com pescadores entrevistados no período analisado foi publicada no dia 25 de novembro de 2019, com o título “Expedição pretende mapear óleo”. Mais uma vez, os pescadores são citados apenas no fim do texto. Nesta reportagem foi identificada a primeira e única vez que usam o termo “pescadores artesanais”, a respeito da única liderança da comunidade pesqueira:

Laurineide Maria Santana, 56, trabalha há 35 anos no Conselho Pastoral de Pescadores, braço da Igreja Católica que atende pessoas que vivem da pesca artesanal em Pernambuco. Acostumada a falar em público, não consegue mais fazê-lo sem que o choro a interrompa. "Não estávamos preparados para passar por isso. Eu me sinto assim. Sofremos um choque. Estou sem falar em público. Choro sem parar", relata. (EXPEDIÇÃO, 2019)

Outro pescador também foi entrevistado, sem mencionar se é cadastrado em uma organização ou se é pescador artesanal.

Trabalhando desde os 14 anos na praia de Gaibu, no Cabo de Santo Agostinho, o pescador Edinaldo Rodrigues de Freitas, 48, não parou desde a chegada das primeiras manchas de óleo a Pernambuco. Com seu barco, fez monitoramentos diários no mar, mergulhou para verificar manchas consolidadas no fundo e removeu petróleo da areia. Na, como é conhecido na praia, diz que não se reconhece mais. "Vivo em um inferno hoje, um inferno grande. Brigo com todo mundo. Não tenho paciência para nada", diz. (EXPEDIÇÃO, 2019)

Fica evidente que a saúde mental dos pescadores entrevistados foi bastante impactada pelo vazamento de óleo. No entanto, o assunto não é desenvolvido em nenhum momento da cobertura.

Assim, a cobertura midiática da Folha de Pernambuco em relação à representação dos pescadores artesanais apresenta um discurso falsamente plural (BENETTI, 2010), colocando a situação da comunidade pesqueira como uma consequência adicional do vazamento de petróleo, e não como uma das principais causas de preocupação.

Considerações Finais

Após a análise do material coletado na Folha de Pernambuco, as hipóteses iniciais da pesquisa foram confirmadas. A narrativa da cobertura foi conduzida por órgãos oficiais e representantes institucionais, com pouco ou nenhum confronto em relação à perspectiva apresentada por essas fontes, ainda que o governo federal tenha omitido a gravidade do vazamento e postergado ações para contenção de danos. As poucas vezes que houve algum enfrentamento dessa posição, partiu apenas da visão de representantes do governo local, que também são fontes oficiais.

Assim, o jornalismo ambiental exercido durante a cobertura da Folha sobre o derramamento permaneceu no consenso, e não cumpriu seu papel político. As vozes dos pescadores artesanais tiveram quase nenhuma representatividade na mídia tradicional diante de um caso de injustiça ambiental. Levando em consideração a natureza empresarial e política editorial interna do jornal, ficou evidente uma preocupação maior com a comercialização do pescado possivelmente contaminado do que com o pescador em situação vulnerável.

Apesar de não ser o responsável, o jornal expressou o racismo ambiental ao marginalizar e silenciar pautas sobre a saúde física e mental dos pescadores, além do impacto na renda e na segurança alimentar das famílias que dependem da pesca artesanal para se sustentar.

Entre os pescadores entrevistados, foi constatado que houve quase nenhuma representatividade coletiva, sendo apresentada na maioria das citações uma perspectiva individual desconectada da organização política dessa classe de trabalhadores.

Durante o estudo, ainda foi possível observar outro fator que não partiu dos objetivos primários: a violência simbólica no noticiário ao dispensar a designação “artesanal” para se referir a pescadores entrevistados, mesmo que eles sejam vinculados a organizações de pescadores artesanais, como as fontes da Colônia Z-8.

Isto posto, os pescadores artesanais tiveram suas vozes e lutas silenciadas na cobertura midiática da Folha de Pernambuco e as notícias apresentam um discurso falsamente plural ao incluir entrevistas com alguns pescadores, mas sem de fato protagonizarem as informações da matéria. A importância cultural e histórica da pesca artesanal também sofre apagamento na exclusão da designação “artesanal” e a falta de lideranças da comunidade para tratar com propriedade assuntos da classe pesqueira.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ARAÚJO, Maria Elisabeth de; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Paulo Wanderley de. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. In: **Revista Brasileira de História da Mídia**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 110-125, 2017.

BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis; Vozes, 2010.

BENETTI, Márcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto: revista do mestrado da comunicação UFRGS. Vol. 1, n. 14 (jan./jun. 2006), p. 1-11, 2006.**

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz, ed. 2, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 7-8, 1989.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora Paraná, ed. 15, jan/jun 2007. p. 33-44. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v15i0.11897>.

CAMANA, Ângela. Conflitos ambientais: uma pauta central para o Jornalismo. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho *et al.* **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 125-134.

COM óleo em expansão contínua, Ministro do Turismo diz que praias estão limpas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-oleo-em-expansao-continua-ministro-do-turismo-diz-que-praias-estao-limpas-24042209>. Acesso em: 8 maio 2022.

EXPEDIÇÃO pretende mapear óleo. **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 6, 25 nov. 2019. Cotidiano.

FERRAZ, Arthur. Pescaria Incerta. **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 2-3, 2 nov. 2019. Zoom,.

GALTUNG, J.; RUGE, M. The Structure of Foreign News, **Journal of Peace Research**, v. 1, p. 64-90, 1965.

GIRARDI, I. M. T. et al. **Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental**. C&S, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.

GOÉS, Clarissa. Óleo no litoral diminui procura por frutos do mar e pescadores relatam desespero. **G1**, Pernambuco, 28 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/10/28/oleo-no-litoral-diminui-procura-por-frutos-do-mar-e-pescadores-relatam-desespero.ghtml>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. Editoria de Ciência/Meio Ambiente do Jornal do Commercio: quinze anos de divulgação científica. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2005.

GRANDELLE, Renato; GARCIA, Rafael. Manual dita como agir em desastre com óleo, mas governo violou instruções. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/manual-dita-como-agir-em-desastre-com-oleo-mas-governo-violou-instrucoes-24040959>. Acesso em: 5 maio 2022.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 01-20, 2008.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. Racismo ambiental, o que é isso. **Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE**, Rio de Janeiro, 2006.

INTERVOZES (ed.). **Vozes Silenciadas: A cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira**. [S. l.: s. n.], 2020.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela; BELMONTE, Roberto Villar. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo. **Revista Famecos**, v. 24, n. 3, 2017.

PENA, Paulo Gilvane Lopes *et al.* Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], jan 2020. DOI 10.1590/0102-311x00231019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338946683_Derramamento_de_oleo_bruto_na_costa_brasileira_em_2019_emergencia_em_saude_publica_em_questao. Acesso em: 1 maio 2022.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Os possíveis impactos dos vazamentos de óleo nas comunidades pesqueiras artesanais em Pernambuco**: um breve e provisório balanço. Recife: Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR) – PPGS/UFPE, p. 1-5, 2019.

SILVA, Beatriz Rocha Lins da; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. **Pescadoras e Pescadores Artesanais Silenciados: Impactos Socioambientais do Derramamento de Petróleo nas Comunidades Pesqueiras em Pernambuco**. Mares: Revista de Geografia e Etnociências, [s. l.], v. 2, ed. 2, 2020.

SILVA, Luciana Pereira; GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. Ideologia, jornalismo e meio ambiente. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 42, ed. 1, p. 53-74, jan/abr 2020.

STEIGLEDER, Débora Gallas et al. Quando a injustiça ambiental é invisibilizada pelo jornalismo: estudo a partir das reportagens de Zero Hora sobre a contaminação por agrotóxicos. In: **15º Encontro da SBPJor**. 2017.